

Micaela Jorge

Nº: 20601

Vitimação múltipla e condições de vida opressivas: Um estudo qualitativo com mulheres vítimas

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça para a obtenção de grau de Mestre em Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação da Professora Dr.<sup>a</sup> Rita Conde – Instituto Universitário da Maia - ISMAI

Outubro, 2014

De acordo com as normas gerais de formatação das dissertações do Mestrado em Psicologia da Justiça do Instituto Universitário da Maia – ISMAI, a presente dissertação seguirá uma orientação para uma estrutura de um artigo científico.

Trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto “Vitimação Múltipla de Mulheres Socialmente Excluídas: A Interseção de Significados e Trajetórias de Mudança” (PTDC/PSI-APL/113885/2009), financiado pela FCT.



## Agradecimentos

Este espaço é dedicado a todos aqueles que deram a sua contribuição, durante todos estes anos, para que fosse possível ter conseguido alcançar um dos meus maiores objetivos. A todos eles deixo aqui o meu agradecimento sincero.

À Professora Doutora Rita Conde, dirijo o meu agradecimento por todo o apoio prestado, pela partilha de conhecimentos e pelo incentivo prestado ao longo de todo este período.

A todas as participantes que forneceram o seu contributo para que esta investigação ficasse completa.

A todos os meus amigos, especialmente à Andreia Couto, Cátia Silva e Ivo Resende por todos os momentos que partilhamos juntos, por todas as etapas que dividimos juntos e pelo elevado companheirismo que se fez notar ao longo de todo este percurso, por acima de tudo estarem sempre presentes, nos bons e nos maus momentos, pela amizade.

Presto ainda o meu enorme agradecimento aos meus avós, Luís e Luísa, pela oportunidade que me proporcionaram e por toda a ajuda prestada ao longo de todos estes anos, da mesma forma que presto um grande agradecimento aos meus tios, Francisco e Susana, por toda a força que me deram, pela confiança e pelo incentivo neste percurso. Ao meu irmão Luís, às minhas primas, Francisca e Sofia, e ao meu namorado Tiago por todo o seu apoio, carinho e compreensão.

Por último, à minha Mãe dedico tudo aquilo que consegui alcançar por sempre ter acreditado em mim. Mesmo longe está sempre perto.

*“Quem sabe concentrar-se numa coisa e insistir nela como único objetivo, obtém, ao fim e ao cabo, a capacidade de fazer qualquer coisa.”*

*Mahatma Gandhi*

**A todos, MUITO  
OBRIGADA!**

## Vitimação múltipla e condições de vida opressivas: Um estudo qualitativo com mulheres vítimas <sup>1</sup>

### Resumo

O fenómeno da vitimação múltipla tem sido associado a condições estruturais de vida opressivas, em que a investigação indica que há vítimas que apresentam maior vulnerabilidade à experiência cumulativa de vários tipos de vitimação – ser do sexo feminino, pertencer a grupos minoritários, viver em contextos de precariedade económica, desigualdade ou exclusão social. No entanto, não há estudos que analisem especificamente as condições de vida opressivas sob a perspetiva de quem as vivencia. Assim, *o presente estudo procura compreender a forma como as mulheres múltiplamente vitimadas experienciam as condições estruturais e de que forma estas podem interferir no seu projeto de vida ou em mudanças ao longo do tempo*. O estudo inclui 20 mulheres com historial de vitimação múltipla que foram entrevistadas ao longo de um ano, de 4 em 4 meses, sobre as mudanças e obstáculos com que se depararam. Procedeu-se à análise qualitativa das entrevistas, utilizando-se a análise temática. Conclui-se que apesar de as mudanças ao nível estrutural serem as menos identificadas pelas participantes, sendo difícil implementar e conseguir mudanças a esse nível, são as que mais perspetivam no futuro e como tal merecem especial atenção.

**Palavras-chave:** vitimação múltipla; precariedade económica; condições estruturais; pobreza; mulheres

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto “Vitimação Múltipla de Mulheres Socialmente Excluídas: A Interseção de Significados e Trajetórias de Mudança” (PTDC/PSI-APL/113885/2009), financiado pela FCT.

## **Multiple victimization and oppressive conditions of life: A qualitative study of women victims**

### **Abstract**

The phenomenon of multiple victimization has been associated with structural conditions of oppressive life, where research indicates that there are victims who are more vulnerable to the cumulative experience of various types of victimization - being female, belonging to minority groups, living in contexts of economic insecurity, inequality and social exclusion. However, there are no studies that specifically examine the conditions of life under the oppressive perspective of those who experienced it. Thus, this study seeks to *understand how multiply victimized women experience the structural conditions and how these can interfere with their life plan or changes over time.*

The study included 20 women with a history of multiple victimization who were interviewed over a year, 4 in 4 months about the changes and obstacles they faced, which we proceeded to the qualitative analysis of the interviews, using thematic analysis. It is concluded that despite the changes at the structural level are less identified by participants, it is difficult to implement and achieve changes at this level, since they are the most positive prospects for the future and deserve special attention.

**Key words:** Multiple victimization; women; economic insecurity; structural conditions; poverty.

**ÍNDICE**

AGRADECIMENTOS .....	III
RESUMO .....	IV
ABSTRACT .....	V
ÍNDICE DE TABELAS .....	VII
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	VIII
<b>Enquadramento Teórico</b> .....	9
Vitimação múltipla: Definição e caracterização .....	9
Vitimação múltipla e precariedade económico-social .....	10
<b>Objetivos</b> .....	12
<b>Metodologia</b> .....	13
Participantes .....	13
Instrumento .....	15
Procedimentos .....	15
Metodologia de análise .....	16
<b>Descrição e Discussão dos resultados</b> .....	17
<b>Conclusão</b> .....	38
<b>Referências</b> .....	41

**ÍNDICE DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> - Participantes .....	14
<b>Tabela 2</b> – Mudanças identificadas.....	19
<b>Tabela 3</b> – Mudanças ao nível estrutural (condições de vida).....	19
<b>Tabela 4</b> – Necessidades de mudanças identificadas.....	21
<b>Tabela 5</b> – Tipo de obstáculos/dificuldades .....	22
<b>Tabela 6</b> – Obstáculos/dificuldades estruturais: área económica e laboral .....	23
<b>Tabela 7</b> – Obstáculos/dificuldades estruturais: área social .....	24
<b>Tabela 8</b> – Obstáculos/dificuldades estruturais: área judicial .....	26
<b>Tabela 9</b> – Obstáculos/dificuldades estruturais: área governamental e política .....	27
<b>Tabela 10</b> – Obstáculos/dificuldades estruturais: institucionalização .....	29

**ÍNDICE DE GRÁFICOS**

## GRÁFICO 1

Comparação das mudanças nas condições de vida conseguidas por institucionalização .....30

## GRÁFICO 2

Comparação das mudanças nas condições de vida positivas conseguidas por institucionalização .....31

## GRÁFICO 3

Comparação das mudanças nas condições de vida negativas conseguidas por institucionalização .....32

## GRÁFICO 4

Comparação das mudanças nas condições de vida ambivalentes conseguidas por institucionalização .....33

## GRÁFICO 5

Comparação entre as mudanças desejadas por institucionalização .....34

## GRÁFICO 6

Comparação entre as mudanças desejadas ao nível das condições de vida por institucionalização .....35

## GRÁFICO 7

Comparação dos obstáculos do sistema com a institucionalização .....36

## 1. Enquadramento teórico

### Vitimação múltipla: Definição e caracterização

A violência é reconhecida como sendo uma das maiores preocupações a nível mundial, uma vez que afeta a sociedade em geral. Esta é perpetrada por indivíduos contra indivíduos podendo ser perpetuada em vários contextos, através de diversas estratégias, de modo a conquistar ou obter ganhos, conseguir dominação e exercer poder sobre a vítima (e.g., Minayo, s.d.; Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004).

A violência é um fenómeno universal, prevalente em todos os países do mundo, podendo causar diversos tipos de danos (e.g., físicos, psicológicos, etc.) (World Health Organization, 2005). A investigação indica que são as mulheres e as crianças, maioritariamente, as principais vítimas de violência (Cavalcanti, 2005).

De uma forma geral, a literatura e a investigação tem-se centrado em alguns tipos de vitimação específicos (e.g. a violência por familiares, violência por um parceiro íntimo, violência entre pares e a exclusão social) e tipos de violência particulares (maus tratos físicos, verbais ou psicológicos, agressão sexual, discriminação, etc.). No entanto, o cruzamento destes diferentes tipos de vitimação e de violência, que podem ocorrer num determinado momento da vida das mulheres ou que, por outro lado, podem ser consecutivamente executados ao longo do tempo, em diferentes etapas, é um fenómeno menos explorado (Sousa, 2011).

Atualmente, os estudos sobre a vitimação têm vindo a demonstrar que a exposição a múltiplas formas de violência não é uma raridade e que a passagem por experiências de algum tipo de vitimação na infância constitui um fator de risco para vitimações posteriores, podendo assim vir a tornar-se num padrão de vitimação múltipla. (Higgins & McCabe, 2000; Finkelhor, Ormrod & Turner, 2007; Linares, 2004). Neste âmbito, os estudos referem que as vítimas preferenciais da vitimação cumulativa ao longo da vida são as mulheres (Linares, 2004; Matos, Conde, & Peixoto, 2013) e salientam que a experiência isolada de apenas um tipo de violência é incomum, estando quase sempre associada a outros tipos de violência, o que remete para o fenómeno da *vitimação múltipla* (Finkelhor, Ormrod, & Turner, 2007a, 2007b; Scott-Storey, 2011). Assim,

vitimação múltipla tem sido definida como a experiência de dois ou mais tipos diferentes de vitimação perpetrados por diferentes agentes e/ou em diferentes contextos (Olsvik, 2010; Matos et al., 2013).

A vitimação múltipla tem recebido maior interesse por parte da comunidade científica internacional, fazendo com que haja um crescimento na investigação e na literatura sobre o tema. Mais recentemente, o fenómeno começa a ser também estudado em Portugal, destacando-se os estudos desenvolvidos por Matos e colaboradores (Matos, Conde, & Peixoto, 2013; Matos, Conde, Gonçalves, & Santos, 2014).

A investigação no âmbito da vitimação múltipla, na sua maioria, tem-se centrado na prevalência do fenómeno e, principalmente, no impacto no ajustamento psicológico das vítimas (cf., Matos, Conde & Peixoto, 2013). No entanto, ainda que em menor número, há estudos que analisam os fatores que podem potenciar e/ou minimizar o risco de vitimação múltipla e o seu impacto nas vítimas. Neste âmbito, destaca-se o conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 1991) como sendo relevante para a compreensão da maior vulnerabilidade para a vitimação cumulativa em determinados grupos – ou seja, que a interseção de algumas dimensões ou características podem potenciar o risco de vitimação múltipla, especificamente, o nível socioeconómico, a etnia, a classe social, a imigração e o estado civil (Linares, 2004). Desta forma, a literatura tem demonstrado que as mulheres com baixo nível socioeconómico e que residem nos designados “bairros sociais”, na presença de determinados causadores de risco (e.g, experiência de abuso na infância) são peculiarmente vulneráveis à violência e são as que mais experienciam *vitimação múltipla* (Wenzel, Tucker, Elliot, Marshall & Williamson, 2004). Inclusivamente, a coesão social tem sido indicada como um fator protetor face às sequelas da *vitimação múltipla*, sendo que a frágil coesão social pode potenciar a vitimação (Linares, 2004). Desta forma, é peculiarmente importante o estudo deste fenómeno associado à precariedade económico-social.

### **Vitimação múltipla e precariedade económico-social**

Só recentemente é que a vitimação e a precariedade económico-social têm sido alvo de atenção por parte dos investigadores, dado o elevado número de mulheres que, sendo

vítimas de violência, também se deparam com situações de pobreza e de exclusão social. No entanto, a ligação entre a violência e a precariedade económico-social tem sido pouco analisada, superficialmente compreendida e ignorada pelos serviços e pelas políticas dirigidas às vítimas (Eby, 2004; Lown, Schmidt, & Wiley, 2006; Sutherland, Sullivan, & Bybee, 2001).

Maioritariamente os estudos de prevalência indicam a classe social ou a condição económica como variáveis, apontando taxas elevadas de vitimação nas classes sociais menos privilegiadas e com menos recursos económicos, mas não exploram ou analisam esta ligação (Goodman, Smyth, & Singer, 2009). Por um lado, os serviços de apoio às vítimas não enfatizam esta componente económico-social e, por outro, os profissionais de saúde mental também não têm em consideração as questões da exclusão social e da precariedade económica na sua intervenção às vítimas (Goodman & Epstein, 2008; Goodman, et al, 2009). Assim, as políticas e medidas adotadas no combate à violência e/ou na minimização dos seus efeito nas vítimas acabam por não colmatar as amplas necessidades das vítimas, principalmente no âmbito das suas condições estruturais.

A abordagem interseccional, como já foi referido, sustenta a necessidade de atender à dimensão estrutural, indicando que a interseção entre determinados fatores (e.g., sexo, etnia, classe social, nível socioeconómico e/ou laboral) aumenta a probabilidade de exposição a situações abusivas de diferentes tipos e em diferentes contextos, pelo que a precariedade económico-social tem sido associada ao fenómeno da *vitimação múltipla* (Linares, 2004; Olsvik, 2010).

Além disto, os estudos que têm procurado analisar a relação entre a vitimação múltipla e a sintomatologia psicopatológica indicam o efeito-dose, referindo que quanto maior o número de experiências de vitimação maior o seu impacto no ajustamento e saúde mental das vítimas (Finkelhor et al., 2007b; Richmond et al., 2009; Sabina & Strauss, 2008). Por outro lado, há estudos que referem que existem vítimas que não apresentam problemas de ajustamento psicológico (e.g., DuMont, Widom, & Czaja, 2007), indicando que há fatores protetores que podem atenuar o impacto da vitimação múltipla, entre os quais o suporte social (DuMont et al., 2007; Spence, Nelson, & Lachlan, 2010) e a autonomia económica (Gage, 2005). No entanto, quer num caso quer noutro, o papel do contexto estrutural das vítimas não é analisado especificamente para

compreender o seu ajustamento psicológico.

É diminuta a investigação que procure compreender os contextos estruturais opressivos das vítimas, ou seja, a forma como estes são experienciados e o seu papel no modo como as vítimas enfrentam ou resistem à vitimação e/ou aos seus efeitos. Da revisão de literatura sobre a vitimação múltipla verifica-se que não há estudos que foquem as condições estruturais, embora estas sejam referidas como uma componente a considerar.

Apesar de a investigação sobre a vitimação múltipla ainda não estar muito alargada, nacionalmente, o estudo de Matos, Conde, Gonçalves, e Santos (2014) procurou compreender as histórias de vida de mulheres multiplamente vitimadas e identificou as condições de vida adversas como um tema recorrente.

Assim, considerando que o contexto de pobreza, de exclusão social e de desigualdade de condições e recursos tem sido associado à vitimação múltipla mas que não há estudos que analisem ou procurem compreender o papel deste contexto na experiência das vítimas, torna-se fulcral perceber a sua vivência desde a perspetiva das próprias vítimas. Desta forma, a partir da compreensão da experiência das próprias vítimas, procura-se identificar e discutir diretrizes de atuação como resposta às necessidades das vítimas, no sentido de melhorar o apoio e intervenção disponíveis.

## **2. Objetivos**

O presente estudo procura compreender a dimensão estrutural (isto é, o contexto das condições de vida) na vitimação múltipla, ou seja, compreender a forma como as mulheres multiplamente vitimadas experienciam as condições estruturais, que necessidades nesta área indicam, quais as dificuldades ou obstáculos com que se deparam, bem como que tipo de apoio ou suporte têm ao seu dispor. Em última análise, procura, a partir das suas respostas, perceber se as condições estruturais assumem relevância, mais concretamente, de que forma estas podem interferir no seu projeto de vida ou mudanças ao longo do tempo.

No sentido de conseguir uma maior profundidade na exploração dos dados, a formulação das questões foi feita de modo a permitir flexibilidade e liberdade na sua abordagem.

Questões orientadoras:

- 1) Identificam mudanças ao nível estrutural? Se sim, estas assumem relevância no seu relato? Que tipo de mudanças, neste âmbito, identificam?
- 2) Perspetivam necessidade de introduzir mudanças ao nível estrutural? Se sim, estas assumem relevância? Que tipo de necessidades identificam neste âmbito?
- 3) Com que dificuldades ou obstáculos se deparam? Fazem referência aos obstáculos ou dificuldades estruturais? Se sim, quais e como os descrevem?
- 4) É possível identificar diferenças entre as mulheres institucionalizadas e não institucionalizadas na forma como vivenciam as condições estruturais? Se sim, em que consistem essas diferenças? Há pontos consensuais? Se sim, quais?

No final, pretende-se refletir criticamente sobre as necessidades e os obstáculos identificados pelas vítimas e em que medida os serviços e os apoios disponíveis às vítimas são suficientes e se contribuem ou não para a sua autonomia.

### **3. Metodologia**

#### **a. Participantes**

O estudo inclui 20 participantes, acompanhadas durante 12 meses, cuja integração considerou os seguintes critérios de inclusão: a) ter historial de vitimação múltipla; b) ter experienciado violência nos últimos 12 meses; c) estar em situação de vulnerabilidade ou exclusão social (e.g. desemprego, dificuldades económicas, etc.); d) não ter sido alvo de intervenção psicoterapêutica (excetuando a intervenção em crise); e, ainda, e) possuir capacidades cognitivas mínimas, de modo a ser capaz de relatar as suas experiências.

**Tabela 1.** Participantes

Participante	Faixa etária	Raça	Contexto de origem	Institucionalização em casa abrigo	Escolaridade	Condições laborais	Filhos dependentes	Processo judicial (filhos)
P1	30-39	Caucasiana	Urbano	Nunca	licenciatura	Trabalho estável	Sim	Não
P2	=>50	Caucasiana	Urbano	Nunca	4.º ano	Desempregada	Não	Não
P3	30-39	Caucasiana	Urbano	Nunca	12.º ano	Trabalho estável	Sim	Não
P4	40-49	Caucasiana	Urbano	Nunca	9.º ano	Trabalho temporário	Sim	Não
P5	=>50	Caucasiana	Urbano	Nunca	4.º ano	Reformada	Sim	Não
P6	40-49	Caucasiana	Urbano	Já esteve no passado	12.ª ano	Desempregada	Sim	Não
P7	40-49	Caucasiana	Urbano	Nunca	9.º ano	Desempregada	Sim	Não
P8	40-49	Caucasiana	Urbano	Atualmente em casa abrigo	licenciatura	Desempregada	Sim	RRP
P9	30-39	Caucasiana	Urbano	Atualmente em casa abrigo	6.º ano	Desempregada	Sim	RRP
P10	40-49	Caucasiana	Rural	Atualmente em casa abrigo	Sem escolaridade	Desempregada	Não	Não
P11	30-39	Caucasiana	Urbano	Já esteve no passado	licenciatura	Desempregada	Sim	CPCJ
P12	=>50	Caucasiana	Rural	Nunca	6.º ano	Desempregada	Não	Não
P13	30-39	Caucasiana	Urbano	Atualmente em casa abrigo	9.º ano	Trabalho estável	Sim	RRP e CPCJ
P14	40-49	Caucasiana	Rural	Atualmente em casa abrigo	6.º ano	Desempregada	Sim	Não
P15	18-29	Caucasiana	Urbano	Atualmente em casa abrigo	6.º ano	Desempregada	Sim	CPCJ
P16	30-39	Caucasiana	Urbano	Atualmente em casa abrigo	12.º ano	Trabalho estável	Sim	Não
P17	30-39	Negra	Rural	Atualmente em casa abrigo	9.º ano	Trabalho temporário	Sim	RRP
P18	18-29	Caucasiana	Rural	Atualmente em casa abrigo	6.º ano	Desempregada	Sim	CPCJ
P19	30-39	Caucasiana	Urbano	Atualmente em casa abrigo	9.º ano	Desempregada	Sim	Não
P20	40-49	Caucasiana	Urbano	Atualmente em casa abrigo	licenciatura	Trabalho estável	Sim	RRP

### **b. Instrumento**

Utilizou-se uma entrevista semiestruturada sobre a mudança, adaptada do guião de Sales, Gonçalves, Fernandes, Sousa, Silva, Duarte e Elliot (2007). A entrevista procura explorar as mudanças que aconteceram na vida das mulheres, pelo que no momento 1 da recolha explora as mudanças nos últimos 12 meses e, nos momentos 2, 3 e 4, explora as mudanças que aconteceram desde o último momento de avaliação. Assim, em cada um dos momentos de recolha, a entrevista questiona as participantes sobre a ocorrência de mudanças nas suas vidas, solicitando que as identifiquem e descrevam. Além disto, solicita às participantes que falem sobre as suas necessidades ou mudanças desejadas, bem como sobre as dificuldades ou obstáculos com que se deparam na sua concretização. Cada uma das entrevistas foi realizada individualmente.

### **c. Procedimentos**

Para o recrutamento de participantes, contactou-se várias instituições de apoio à vítima, via *e-mail*, solicitando o encaminhamento de participantes que cumprissem os critérios de inclusão e quisessem colaborar no estudo. Além disto, procedeu-se também a contactos informais com potenciais participantes, recorrendo à estratégia de *snowball sampling*.

A recolha de dados decorreu em 4 momentos distintos, durante o período de um ano: o primeiro momento, que versou as mudanças ocorridas nos últimos 12 meses; o momento 2, após 4 meses desde o momento 1; após 8 meses, desde o momento 1; e ao final de 1 anos, desde o momento 1. Em cada momento de avaliação foi administrada a entrevista da mudança, individualmente, tendo uma duração que variou entre 20 a 40 minutos. As entrevistas foram realizadas nas instalações de algumas das instituições de apoio à vítima que encaminharam participantes, bem como na residência de algumas das participantes. Obteve-se o consentimento informado de todas as participantes, bem como a autorização da Comissão da Proteção de dados. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e, após a transcrição, as gravações foram apagadas.

#### **d. Metodologia de análise**

No decorrer do presente estudo foi utilizada a análise temática que permitiu que através de uma perspectiva construcionista, se percebesse a forma como são socialmente construídos e reproduzidos os fenómenos, a sua significação e a forma como estes são experienciados (Braun & Clarke, 2006). A análise temática foi empregue da mesma maneira que foi indicada por Braun e Clarke (2006), adotando-se o procedimento de codificação indutiva em que os temas identificados estão fortemente ligados aos dados, não se procurando ajustar a um quadro de codificação pré-existente - data-driven. Foi com o auxílio do *software Nvivo 10.0* que se elaborou todo o processo de organização, codificação e interpretação dos dados.

De maneira a que nenhuma reprodução importante das entrevistas, acerca do tema, fosse omitida, a codificação foi realizada da forma mais inclusiva possível. Os temas não são reciprocamente exclusivos, uma vez poder codificar-se o mesmo fragmento de texto em vários temas, sendo que se procedeu às subseqüentes etapas:

- a) Primeiramente procedeu-se à fase de familiarização com os dados, na qual foram realizadas (re)leituras dos dados, com anotação das ideias relevantes.
- b) Posteriormente, foram construídos os códigos iniciais com a devida organização dos dados em grupos significativos.
- c) Depois foi realizada a análise dos códigos e estabelecida a relação entre eles, formando temas principais e subtemas, obtendo-se um mapa de temas.
- d) Concluída essa fase, fez-se a revisão de todos os dados codificados, as leituras dos excertos de texto recolhidos para cada tema, verificando se formavam um padrão coerente.
- e) Por fim, foram redefinidos os temas iniciais, gerando nomes claros para cada tema/subtema, de forma a dar sentido à abordagem.

Por fim, recorreu-se a um co-codificador na análise do material recolhido para validar os resultados. Assim, selecionou-se 20% das participantes (4 casos) que foram selecionadas aleatoriamente para ser co-codificadas. Seguidamente procedeu-se ao cálculo do índice de validade conforme a fórmula apresentada por Vala (1986), obtendo-

se um índice de fidelidade de 0.77, considerando uma força de acordo substancial.

#### 4. Descrição e discussão dos resultados

##### 1) Identificam mudanças ao nível estrutural? Se sim, estas assumem relevância no seu relato? Que tipo de mudanças neste âmbito identificam?

Analisando o relato das participantes, verifica-se que identificam mudanças a nível estrutural mas que estas, comparativamente a outro tipo de mudanças (pessoais e relacionais), são as menos referenciadas (20<sup>1</sup>, 220<sup>2</sup>) (cf. Tabela 2). Este resultado pode indicar a maior dificuldade em implementar e conseguir mudanças ao nível das condições de vida, estando menos sob o controlo das participantes e mais dependente de condições contextuais.

No entanto, ainda que em menor número, as participantes referenciam mais mudanças positivas (17, 145), enfatizando menos as mudanças negativas e (10, 49) e, menos ainda, as ambivalentes (11, 24).

No âmbito das mudanças positivas, destacaram *melhoria nas condições de trabalho e nas condições financeiras* (13, 92), a *saída da casa abrigo* (7, 19), o ter conseguido *casa própria* (7, 11), a *frequência/término de um curso ou formação* (4, 11) e, por último, a *mudança de casa* (3, 13).

P7, M1: “E a outra mudança é que eu não trabalhava e agora estou a trabalhar.”  
(Trabalho e condições financeiras)

P2, M3: “Sim, acho que já não tinha necessidade... O que tinha que ir fazer lá já tinha feito, portanto já era altura.” (Saída da casa-abrigo)

P3, M2: “Ter uma casa... para tomar conta... é diferente... que eu antes só o um quarto para tomar conta...” (Casa própria)

---

<sup>1</sup> Número de participantes

<sup>2</sup> Número de referências

P15, M1: “Depois também ando nas formações, já é a segunda também é uma coisa boa... Voltei outra vez a estudar, sei lá... A valorizar um bocado o meu currículo, a aprender coisas novas... A ajudar a nível de psicologia como lidar e estar também com os outros, principalmente no trabalho.” (Frequência/término de um curso ou formação)

P19, M4: “Mudei de casa. Queria um espaço só para mim e para o meu filho. Na outra casa não tinha muitas condições... Não é nada de especial, mas é o nosso espaço.” (Mudança de casa)

Apesar das mudanças positivas se terem destacado, identificaram também mudanças negativas (10, 49), nomeadamente, a *perda de trabalho e menos condições financeiras* (7, 39) e a *mudança de casa ou de cidade* (3, 6).

P7, M2: “Perdi o emprego porque acabou o contrato e já estou há 2 meses à procura de emprego e há dias que me sinto um bocadinho mais em baixo. Há dias que me sinto pior.” (Perda de trabalho e condições financeiras)

P6, M3: “Não queria porque não me dou bem com a minha sogra. Teve que ser mesmo, teve mesmo que ser...” (Mudança de casa ou de cidade)

No que diz respeito às mudanças ambivalentes, estas só se identificam nas mulheres institucionalizadas, sendo referentes quer à *saída da casa-abrigo* (5, 14) como à *permanência na casa-abrigo* (5, 9).

P8, M4: “Sinto-me bem e sinto-me mal. Sinto-me bem porque já sai daqui e... nem sei... e sinto-me mal porque aqui estava mais protegida e em casa mal oiço um barulhito de um carro acordo, estou sempre com medo que ele me persiga, que venha ter comigo...” (Saída da casa-abrigo)

P12, M2: “Sei lá. Por um lado sinto-me bem na mesma mas por outro... fico assim... não é como seja na minha casa.” (Permanência na casa-abrigo)

De um modo geral, apesar de apresentarem menos mudanças ao nível estrutural, neste âmbito relatam mais mudanças positivas do que negativas.

**Tabela 2.** Mudanças identificadas

	<b>Momento 1</b>		<b>Momento 2</b>		<b>Momento 3</b>		<b>Momento 4</b>		<b>Total</b>	
	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.
Mudanças ao nível relacional	163	18	71	17	76	16	76	15	386	20
Mudanças ao nível pessoal	130	19	91	19	71	16	51	18	343	20
Mudanças ao nível estrutural (condições de vida)	50	12	62	13	62	15	46	14	220	20

**Tabela 3.** Mudanças ao nível estrutural (Condições de vida)

	<b>Momento 1</b>		<b>Momento 2</b>		<b>Momento 3</b>		<b>Momento 4</b>		<b>Total</b>	
	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.
<b>Mudanças Estruturais (Condições de vida)</b>	50	12	62	13	62	15	46	14	220	20
<b>Mudanças positivas</b>	25	9	44	7	40	12	36	10	145	17
Trabalho e condições financeiras	19	6	25	5	25	8	23	8	92	13
Saída da casa abrigo	0	0	9	2	6	3	4	3	19	7
Conseguir casa	2	2	4	2	0	0	5	3	11	7
Frequentar/concluir curso ou formação	2	2	0	0	7	2	0	0	11	4
Mudança de casa	0	0	4	1	2	2	7	2	13	3
<b>Mudanças negativas</b>	18	3	13	6	11	4	2	5	49	10
Perda de trabalho e menos condições financeiras	18	3	8	4	7	2	6	5	39	7
Mudar de casa ou de cidade	0	0	2	1	3	1	1	1	6	3
<b>Mudanças ambivalentes</b>	6	4	4	4	11	3	3	3	24	11
Saída da casa abrigo	0	0	1	1	11	3	2	2	14	5
Permanência na casa abrigo	6	4	2	2	0	0	1	1	9	5

**2) Perspetivam a necessidade de introduzir mudanças a nível estrutural? Se sim, este assume relevância? Que tipo de necessidades identificam neste âmbito?**

Quando perspetivam mudanças no futuro para melhorar a sua vida destacam essencialmente a dimensão estrutural (20, 206), ou seja, referem necessidades introduzir mudanças ao nível das condições de vida, dando menor ênfase ao nível pessoal (16, 109) e ao nível relacional (18, 116) (cf. Tabela 4). Podendo este resultado expressar que, apesar de, o nível estrutural ser as mudanças menos identificadas pelas participantes, são as que mais perspetivam, de modo a que, sintam estabilidade e independência.

Assim, no âmbito estrutural salientam a necessidade de conseguir *habitação própria, ter trabalho e mais recursos financeiros* (20, 186), *sair da casa-abrigo* (3, 7) e ter uma *rede de apoio (creche, escola)* (2, 2).

P7, M4: “Ter um emprego mais estável... melhores condições de vida, para mim e para a minha filha. É isto que está faltar... ter a minha casa. Isso seria o suficiente.” (Habitação própria, ter trabalho e recursos financeiros)

P2, M11: “Eu gostava de mudar o mundo mas não posso. Na minha vida estou a fazer planos para isso, para ser mais autónoma, sair do sítio onde estou, e ter os planos para mim e para o meu filho.” (Sair da casa-abrigo)

P9, M2: “E o meu filho ter uma creche. Coisa que não há vagas nas creches, não há vagas nas amas. Se eu não tiver vaga também não posso procurar trabalho, não posso... mesmo que encontre trabalho não posso aceitá-lo.” (Rede de apoio)

**Tabela 4.** Necessidades de mudanças identificadas

	Momento 1		Momento 2		Momento 3		Momento 4		Total	
	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.
Mudanças desejadas	164	20	96	19	76	18	92	19	428	20
<b>Ao Nível estrutural</b>	88	17	45	14	33	14	40	15	206	20
Habitação, trabalho e recursos financeiros	76	17	39	14	33	14	38	14	186	20
Sair da casa abrigo	1	1	4	2	0	0	2	1	7	3
Rede apoio (creche, escola)	0	0	2	2	0	0	0	0	2	2
Nível relacional	45	14	34	11	16	12	21	10	116	18
Nível pessoal	34	8	18	8	23	6	34	9	109	16

### **3) Com que dificuldades ou obstáculos se deparam? Fazem referência a obstáculos ou dificuldades estruturais? Se sim, quais e como os descrevem?**

No que concerne às dificuldades ou obstáculos com que se deparam, as participantes referiram dificuldades/obstáculos a vários níveis – obstáculos relacionais (15, 152), dificuldades relacionadas com a vitimação e/ou os seus efeitos (13, 84), obstáculos individuais (10, 58) – mas são os obstáculos estruturais (20, 398) que assumem maior destaque (cf. Tabela 5). Este resultado pode indicar a maior dificuldade em obterem condições laborais e económicas favoráveis de modo a se tornarem independentes, sendo que são os fatores que mais preocupam as participantes, assim como a morosidade da justiça e de todo o apoio social relativamente ao processo de vitimação.

**Tabela 5.** Tipo de Obstáculos/dificuldades

	Momento 1		Momento 2		Momento 3		Momento 4		Total	
	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.
Tipos de obstáculos ou dificuldades	152	20	230	19	141	17	148	17	671	20
Estruturais	80	15	145	14	89	12	84	13	398	20
Relacionais	38	11	49	11	32	10	33	11	152	15
Vitimação e efeitos	25	8	35	8	15	3	9	4	84	13
Individuais	11	5	11	5	10	6	26	3	58	10

Assim, no âmbito estrutural (20, 398), assinalam 5 áreas centrais como fontes de obstáculos e dificuldades: (i) à área económica e laboral, relativa à *precariedade económica e ao desemprego* (15, 119); (ii) à área do apoio social, relativa à *insuficiência ou morosidade deste apoio* (13, 88); (iii) a *área judicial* (12, 149), referente à *sua morosidade, prejuízo ou desfavorabilidade*; (iv) a *área governamental e política*; e, ainda, (v) a *área insticional*.

As dificuldades na **área económica e laboral** são as mais prementes (Tabela 6), referindo-se essencialmente à *precariedade económica e ao desemprego* (15, 119).

P12, M1: “Isto tá mau de trabalho, também tá mau e cada vez piora.”

(Precariedade económica e desemprego)

P5, M2: “...tinha de ter o trabalho fixo... Mesmo...Assim que eu tivesse o trabalho fixo teria a minha filha de volta para mim...Arranjar uma casa para poder trazer a minha outra filha para o pé de mim...” (Precariedade económica e desemprego)

P8, M4: “...Não consegui pagar a renda de casa... Eu entretanto fiquei desempregada. O ficar desempregada dificulta-me a vida.” (Precariedade económica e desemprego)

**Tabela 6.** Obstáculos/dificuldades estruturais: área económica e laboral

	<b>Momento 1</b>		<b>Momento 2</b>		<b>Momento 3</b>		<b>Momento 4</b>		<b>Total</b>	
	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.
<b>Estruturais</b>	80	15	145	14	89	12	84	13	398	20
<b>Área económica e laboral: precariedade económica e desemprego</b>	22	9	35	10	33	9	29	6	119	15

As dificuldades ao nível do **apoio social** são as segundas mais destacadas (Tabela 7), onde relatam a *insuficiência e falta de apoio social* (10,53), as *regras procedimentais e burocráticas* que dificultam o acesso ao apoio (9, 25) e a *morosidade e atrasos* nos apoios (4, 10).

P8, M4: “Eu acho que é assim, aqui, lá fora a gente ouve falar de pessoas, amigos lá fora e colegas, e acho que aqui em Portugal, nós vítimas de violência doméstica não temos apoios nenhuns.” (Insuficiência e falta de apoio ou compreensão)

P7, M3: “Não tenho direito ao subsídio de desemprego porque não descontei doze meses consecutivos.” (Regras procedimentais e burocráticas)

P9, M2: “Sinceramente, uma parte pela assistente social de Santarém. Porque já é a próxima vez que o juiz lhe pede relatórios com urgência, dão-lhes um prazo e elas não ligam a isso.” (Morosidade e atrasos)

Tabela 7. Obstáculos/dificuldades estruturais: área social

	Momento 1		Momento 2		Momento 3		Momento 4		Total	
	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.
<b>Estruturais</b>	80	15	145	14	89	12	84	13	398	20
<b>Apoio social (insuficiência e morosidade)</b>	28	8	24	6	18	6	18	6	88	13
Insuficiência e falta de apoio ou compreensão	15	5	18	5	10	4	10	4	53	10
Regras procedimentais e burocráticas	10	5	5	3	6	3	4	2	25	9
Morosidade e atrasos	2	1	2	2	3	2	3	3	10	4

As dificuldades sentidas na **área judicial** (Tabela 8) são as terceiras mais referidas (12, 149), apontado o mau *funcionamento e a morosidade da justiça* (7, 44) e os *procedimentos/decisões desfavoráveis à vítima* (11, 93).

Os procedimentos/decisões desfavoráveis às vítimas prendem-se essencialmente com os processos de *RRP ou promoção e proteção* (9, 38) - onde referem a *preocupação e problemas no cumprimento do RRP* (5, 24) e o *risco de separação afastamento dos filhos* (4, 14) - e com os processos *violência doméstica* (3, 19). Nestes últimos, destacam a *absolvição do agressor ou arquivamento do processo* (3, 15), o tratamento judicial inadequado prestado à vítima (3, 31), a *denegrição da imagem da vítima* (3, 29), o *escrutínio da vida pessoal da vítima* (1, 2) e, ainda, a *incapacidade da atuação policial* (3, 12).

P7, M3: “Sim, porque sou sozinha porque da parte do pai dela não tenho nada.”  
(Preocupação e problemas no cumprimento do RRP)

P9, M1: “É assim, a única coisa que está a ser difícil e dolorosa é esta espera de... é este afastamento da Jéssica, porque enquanto eu não conseguir ir para lá, eu não posso procurar trabalho porque não tenho morada lá. Está a prejudicar um bocado, porque enquanto nós estamos à espera, eu estou digamos empatada.” (Risco ou separação – afastamento dos filhos)

P11, M2: “Por outro lado, das causas que eu vim para aqui, tem vindo tudo a andar para trás. O processo foi arquivado.” (Absolvição do agressor ou arquivamento do processo)

P10, M4: “E ele conseguiu levar-me para julgamento como arguida.” (Denegrir a imagem da vítima – vítima como agressora)

P10, M2: “Perguntaram-me tudo da minha vida, do meu dia-a-dia. Sentimo-nos expostas.” (Escrutínio da vida da vítima)

P17, M2: “Foi mesmo incapacidade da polícia porque eu sei, nestes casos eles são obrigados a atuar e acompanhar-nos a casa, mas neste caso não. Ainda perguntei se podia ir às 2 da manhã apresentar queixa e trazer as duas meninas e a resposta que a polícia me deu “Eu não sei responder a isso.” ” (Incapacidade de atuação policial)

**Tabela 8.** Obstáculos/dificuldades estruturais: área judicial

	<b>Momento 1</b>		<b>Momento 2</b>		<b>Momento 3</b>		<b>Momento 4</b>		<b>Total</b>	
	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.
<b>Estruturais</b>	80	15	145	14	89	12	84	13	398	20
<b>Área judicial</b>	20	4	62	9	37	7	30	6	149	12
Mau funcionamento e morosidade da justiça	8	3	17	5	7	3	12	5	44	7
Procedimentos/Decisões desfavoráveis à vítima	4	3	43	8	30	5	16	3	93	11
- RRP ou Promoção e Proteção	3	2	16	7	17	4	2	2	38	9
- Preocupação e problemas no cumprimento da RRP	0	0	10	4	14	2	0	0	24	5
- Risco ou separação/afastamento dos filhos	3	2	7	4	2	2	2	2	14	4
Processo violência doméstica	0	0	8	3	8	2	3	1	19	3
- Absolvição do agressor/arquivamento do processo	0	0	4	2	8	2	3	1	15	3
- Tratamento da vítima	0	0	15	3	3	1	13	1	31	3
- Denegrir a imagem da vítima – vítima como agressora	0	0	13	3	3	1	13	1	29	3
- Escrutínio da vida da vítima	0	0	2	1	0	0	0	0	2	1
- Incapacidade na atuação policial	5	2	4	1	0	0	3	2	12	3

Na **área governamental e política** (10, 18) destacam aspetos mais macro, relativos à crise económica do país ou a decisões políticas que promovem a desigualdade e a exclusão social (Tabela 9).

P7, M2: “É a conjuntura, além disso é a crise, é a falta de postos de trabalho, não há postos de trabalho...” (Questões governamentais e políticas)

P5, M1: “É... e por isso eu culpo o governo...” (Questões governamentais e políticas)

P9, M2: “A única coisa que está a boicotar é a situação do país.” (Questões governamentais e políticas)

**Tabela 9.** Obstáculos/dificuldades estruturais: área governamental e política

	Momento 1		Momento 2		Momento 3		Momento 4		Total	
	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.
<b>Estruturais</b>	80	15	145	14	89	12	84	13	398	20
<b>Questões Governamentais e políticas</b>	7	4	4	2	3	2	4	3	18	10

Por fim, as dificuldades na **área da institucionalização** (9, 58) (Tabela 10) são referidas pelas mulheres que estão ou já estiveram institucionalizadas, referindo a *falta de apoio ou compreensão dos técnicos* (6, 23), o *controlo e restrição pessoal* (5, 27), a *falta de autonomia económica* (3, 2) e a restrição da liberdade para aceder a *atividades e ao trabalho* (3, 16).

P11, M4: “E as doutoras porque desconfiam... eu sentia-me julgada, tive de provar que sou boa mãe.” (Falta de apoio e compreensão das técnicas)

P7, M2: “Era eu ter trabalho e poder ser daqui e poder-me sentir dona da minha própria vida. Porque nós aqui temos de dar satisfações de tudo o que fazemos, cada passo que damos para a rua temos de dar satisfações de onde fomos, de onde viemos, com quem estivemos e...” (Controlo e restrição pessoal)

P2, M4: “Se não tivesse saído da casa abrigo, não tinha trabalho. Não podia fazer nada... nem procurar trabalho. E depois também não há apoios... a segurança social, que devia ver os casos das mulheres que sofreram violência, não vê... Apoios nada...” (Falta de autonomia económica)

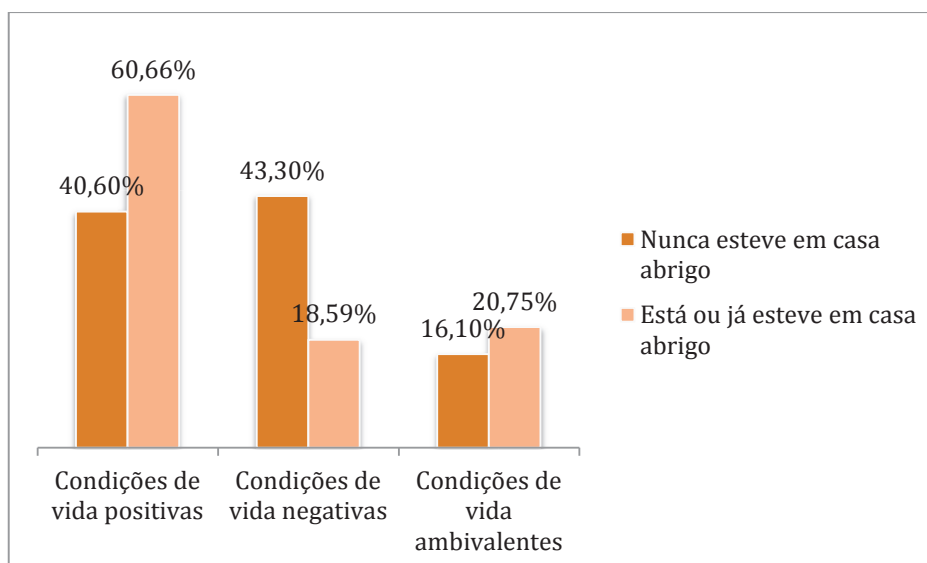
P9, M3: “Não estava ativa, nesse sentido. Mas por outro lado também não podia. E estava impedida de trabalhar, estava impedida de fazer o que quer que fosse. Estava aqui metida a olhar para estas paredes todas.” (Limitação à liberdade, a atividades e acesso ao trabalho)

**Tabela 10.** Obstáculos/dificuldades estruturais: institucionalização

	<b>Momento 1</b>		<b>Momento 2</b>		<b>Momento 3</b>		<b>Momento 4</b>		<b>Total</b>	
	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.	Ref.	Particip.
<b>Estruturais</b>	80	15	145	14	89	12	84	13	398	20
<b>Questões da Institucionalização</b>	11	3	31	5	8	4	8	4	58	9
-Falta de apoio e compreensão	2	2	13	1	4	3	4	2	23	6
-Controlo e restrição pessoal	9	3	14	3	2	2	2	2	27	5
-Falta de autonomia económica	2	1	0	0	0	0	1	1	3	2
-Limitação à liberdade, a atividades e acesso ao trabalho	6	1	7	3	2	1	1	1	16	3

- 4) **É possível identificar diferenças entre as mulheres institucionalizadas e não institucionalizadas na forma como vivenciam as condições estruturais? Se sim, em que consistem essas diferenças? Há pontos consensuais? Se sim, quais?**

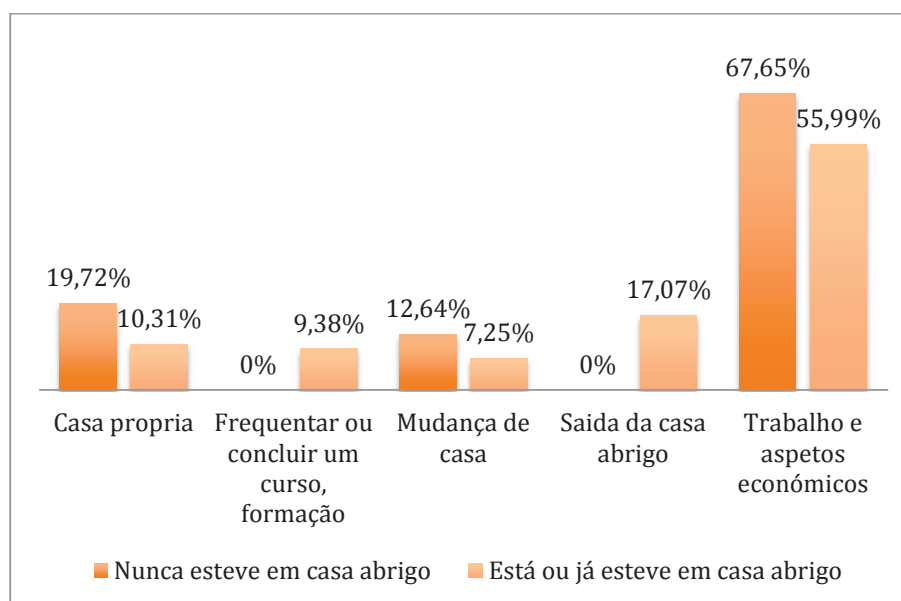
**Comparação das mudanças nas condições de vida conseguidas por institucionalização**

**Gráfico 1.** Comparação das mudanças nas condições de vida conseguidas por institucionalização

Pela análise do gráfico 1, verifica-se que as participantes que estão ou que já estiveram institucionalizadas, comparativamente às que nunca estiveram institucionalizadas identificam maiores mudanças positivas conseguidas ao nível estrutural. Assim como identificam também mais mudanças ambivalentes a este nível, muito relacionadas com a própria institucionalização. Relativamente às mudanças negativas as participantes que nunca estiveram em casa abrigo são as que fazem mais a referem, o que pode dever-se ao facto de terem menos apoio institucional/social.

## Comparação das mudanças de condições de vida positivas conseguidas por institucionalização

**Gráfico 2.** Comparação das mudanças nas condições de vida positivas conseguidas por institucionalização



No que concerne às mudanças positivas a nível estrutural foram mencionados pelas participantes, ao longo das entrevistas, vários aspetos que conseguiram mudar relativamente às condições de vida.

Analisando o gráfico é de denotar que relativamente às *condições de trabalho e aos aspetos económicos* as participantes que nunca estiveram em casa-abrigo apontaram este fator como sendo uma mudança positiva nas suas vidas, tendo sido o mais destacado ao longo das entrevistas, assim como foi também de igual forma apontado pelas participantes que estão ou já estiveram em casa-abrigo.

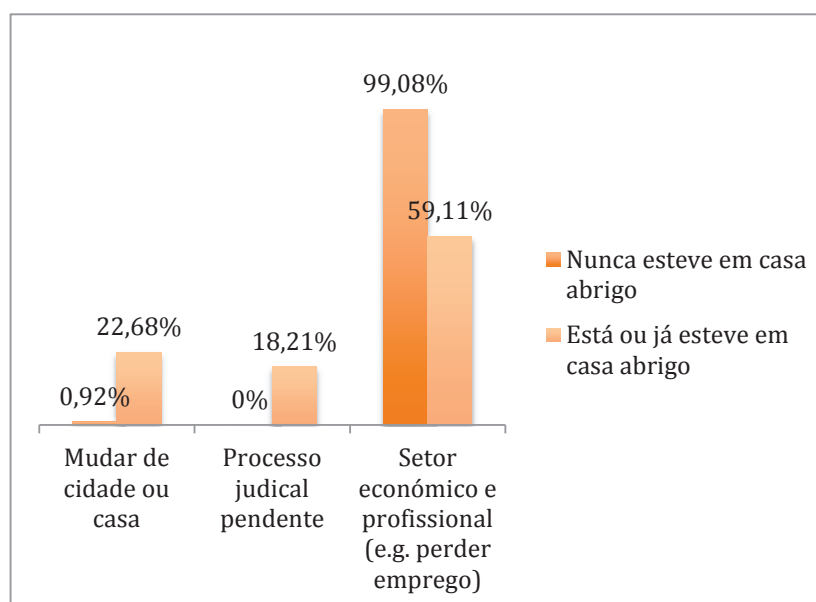
Foi também mencionado, maioritariamente, pelas participantes que nunca estiveram em casa-abrigo que ter *casa própria* foi uma mudança positiva para elas. Enquadrando aqui também a *mudança de casa* como mudança positiva e destacada em maior valor pelas mesmas.

Sobressai-se na análise do gráfico que a mudança positiva *frequentar ou concluir um curso/formação* foi apenas mencionada pelas participantes que estão ou estavam a viver em casa abrigo.

Assim como a saída da casa abrigo foi, naturalmente, identificada apenas pelas participantes que estão ou estiveram em casa abrigo.

### Comparação das mudanças de condições de vida negativas conseguidas por institucionalização

**Gráfico 3.** Comparação das mudanças nas condições de vida negativas conseguidas por institucionalização

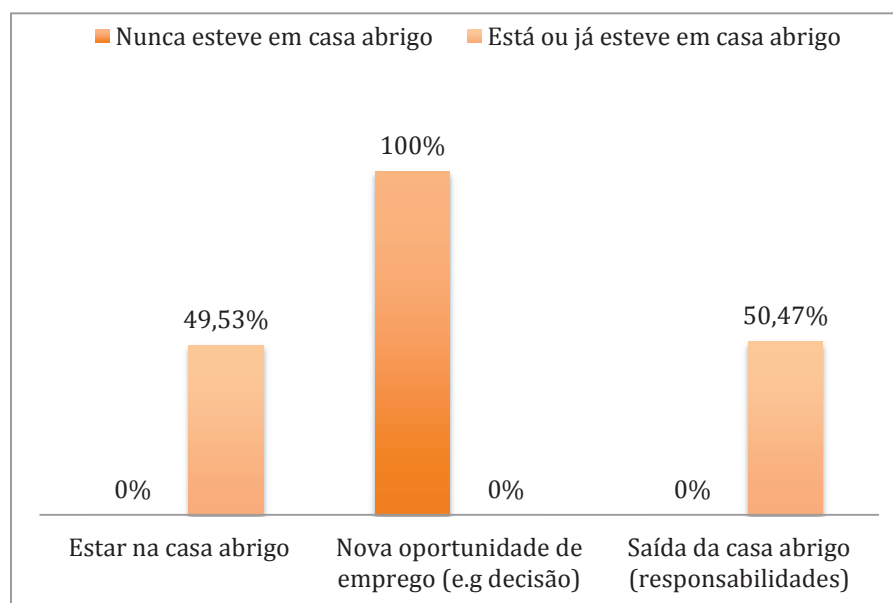


De acordo com as mudanças identificadas como negativas a nível estrutural, a que se sobressai, pela análise do gráfico, é o *setor económico e profissional* (e.g. perder emprego), em que as participantes que nunca estiveram em casa abrigo, apontam, maioritariamente este fator.

As participantes que estão ou que estiveram em casa abrigo, para além de assinalarem o *setor económico e profissional* como mudança negativa, apontam também a *mudança de casa ou de cidade* e a *pendência do processo judicial* como aspetos negativos.

### Comparação das mudanças de condições de vida ambivalentes conseguidas por institucionalização

**Gráfico 4.** Comparação das mudanças nas condições de vida ambivalentes conseguidas por institucionalização



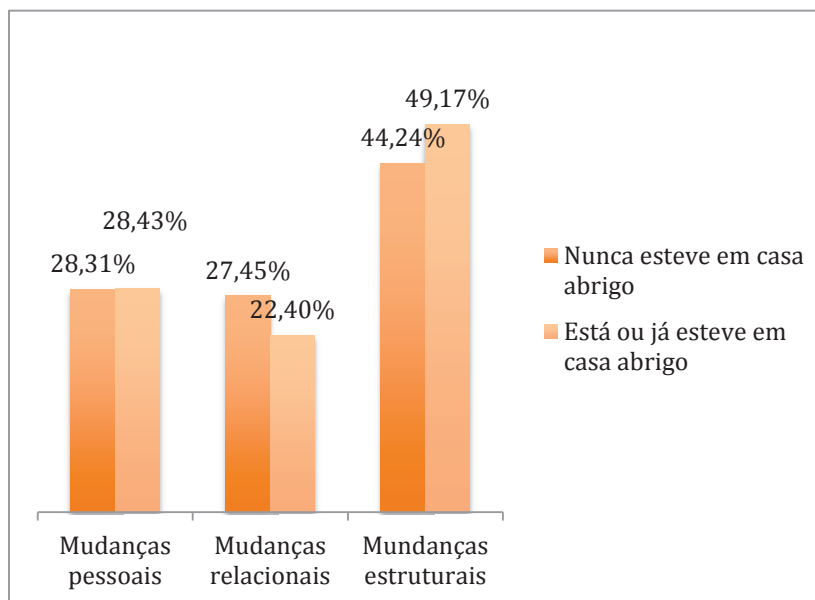
Relativamente às mudanças que as participantes identificaram como ambivalentes denota-se que as mulheres que nunca estiveram em casa abrigo só assinalaram como ambivalentes as *novas oportunidades de emprego*, no âmbito da decisão a tomarem.

Em relação às mulheres que estão ou já estiveram em casa abrigo algumas apontam como mudança ambivalente *estar na casa abrigo*, como sendo uma situação que não sabem definir como boa ou má.

Ainda as mesmas participantes identificam a saída da casa abrigo como ambivalente no que concerne às responsabilidades que irão de suportar após essa decisão.

## Comparação entre as mudanças desejadas por institucionalização

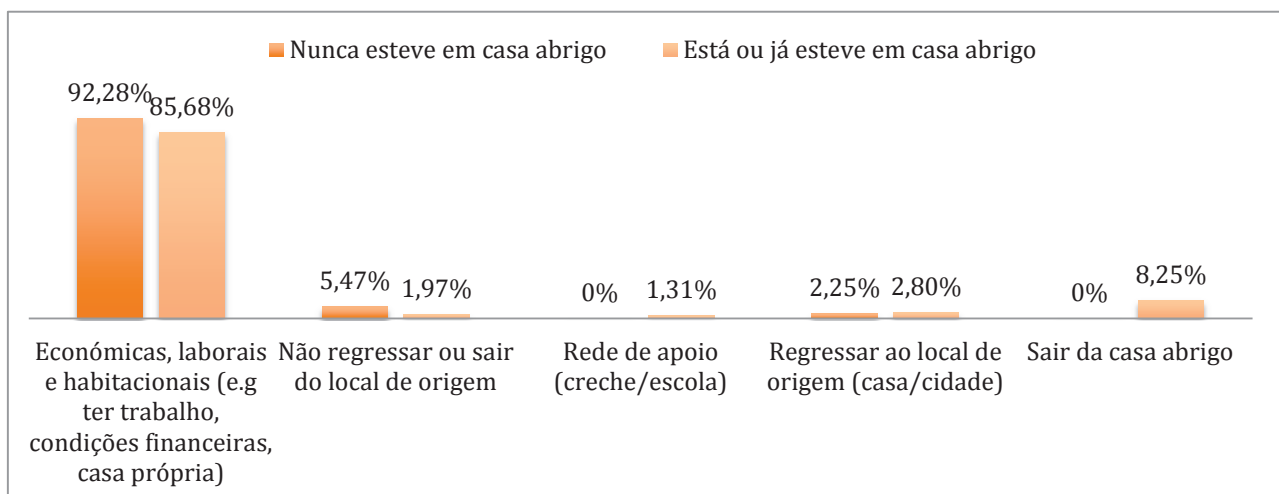
**Gráfico 5.** Comparação entre as mudanças desejadas por institucionalização



No que diz respeito às mudanças desejadas pelas participantes, houve uma certa consonância. Apesar de algumas diferenças em termos de destaque ao nível das mudanças estruturais, as mulheres que estão ou já estiverem em casa abrigo, como as que nunca estiveram institucionalizadas destacam significativamente a necessidade de conseguir mudanças neste âmbito. Tal pode indicar que em ambos os grupos as dificuldades persistem e que, no caso das que recebem apoio institucional, este pode não ser suficiente ou não incide na melhoria das suas condições de vida a médio-longo prazo.

## Comparação entre as mudanças desejadas ao nível das condições de vida por institucionalização

**Gráfico 6.** Comparação entre as mudanças desejadas ao nível das condições de vida por institucionalização

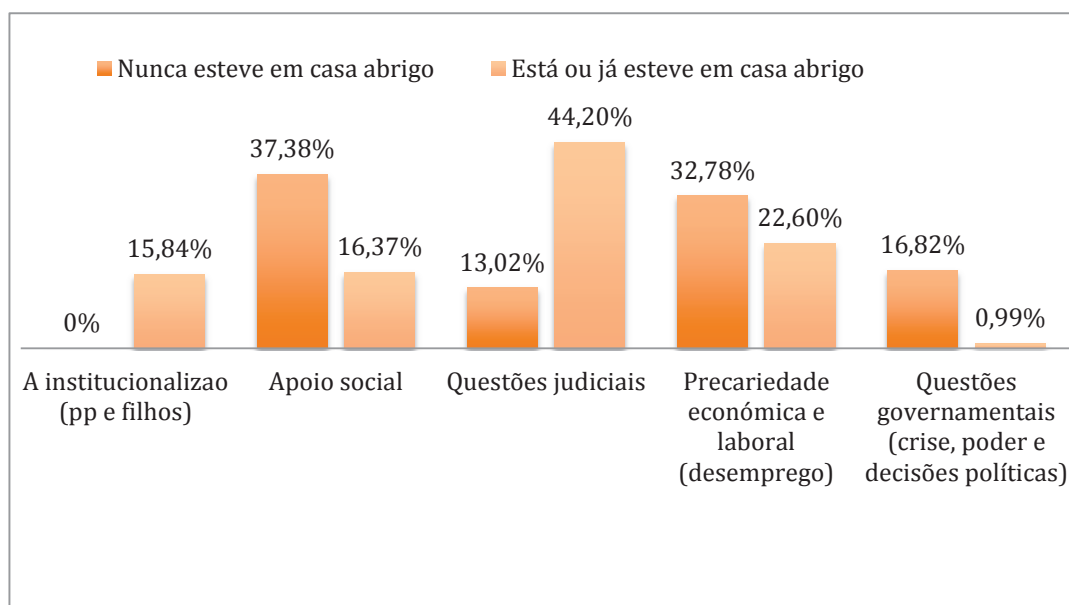


O mesmo padrão se identifica no que concerne às mudanças desejadas ao nível estrutural (condições de vida), havendo quase uma concordância ao nível económico, laboral e habitacional entre as participantes que nunca estiveram em casa-abrigo e as que estão ou já estiveram institucionalizadas.

As participantes que nunca estiveram em casa-abrigo destacam, mais do que as mulheres que estão ou já estiveram em casa-abrigo o desejo de não regressar ou sair do local de origem. Por outro lado, as mulheres que estão ou já estiveram institucionalizadas expressam o desejo de regressar ao local de origem (casa/cidade). Relativamente ao desejo de mudança ao nível de obter uma rede de apoio e conseguir sair da casa-abrigo, só as participantes que estão ou já estiveram institucionalizadas é que as mencionaram. Tal pode indicar que a institucionalização afasta, ainda que temporariamente, as mulheres da sua rede de suporte informal, podendo a longo prazo reforçar ou manter o isolamento social e as dificuldades ao nível da reintegração.

## Comparação dos obstáculos do sistema com a institucionalização

**Gráfico 7.** Comparação dos obstáculos do sistema com a institucionalização



Relativamente aos obstáculos do sistema, foram identificadas na maioria pelas participantes que estão ou que já estiveram em casa-abrigo as questões judiciais. Tal pode indicar que as mulheres institucionalizadas estão mais sob o controlo e escrutínio do sistema de justiça (há que referir que muitas delas foram institucionalizadas para não perder os filhos ou para poder recuperá-los) e que, paradoxalmente, lhes acarreta mais obstáculos do que oportunidades para a autonomização.

As participantes que nunca estiveram institucionalizadas destacaram maiores obstáculos a nível do apoio social, da precariedade económica e laboral e questões governamentais do que as participantes que estão ou já estiveram em casa-abrigo. Isto indica a ausência de respostas sociais e de apoio económico no contexto comunitário das mulheres e que a maioria das respostas formais acabam por passar pela institucionalização que, como vimos, não é suficiente para melhorar as suas condições de vida a médio-longo prazo. Aliás, a institucionalização (das próprias e/ou filhos) é identificada como obstáculo pelas que estão ou já estiveram em casa-abrigo, o que reitera

a noção do controlo destas mulheres por parte do sistema – as respostas acabam, em última análise, por não proteger nem promover a sua autonomia, mas “controlar”.

## 5. Conclusão

- As condições de vida adversas mantêm-se e constituem o obstáculo principal ao bem-estar das vítimas

Os resultados indicam que as mudanças ao nível estrutural são as menos referenciadas, indicando que as condições de vida adversas das vítimas tendem a manter-se. Apesar de identificarem algumas positivas, estas tendem a ser temporárias e não lhes permite sair de uma situação de precariedade (e.g. conseguem trabalhos temporários ou precários ou, ainda, alguns apoios sociais/institucionais também temporários e insuficientes). Por outro lado ainda, o facto de destacarem bastante mais a necessidade de conseguir mudanças ao nível das condições de vida (comparativamente com o nível pessoal e o relacional), reitera a noção de que não há alterações neste âmbito e que a ausência de condições de vida básica tende a manter-se ao longo do tempo (emprego, habitação, recursos económicos).

O facto dos principais obstáculos serem identificados na dimensão estrutural suscita a questionamento do papel e eficácia do estado e, mais especificamente, do sistema de justiça e das respostas sociais e institucionais. Estarão, de facto, a cumprir a função de proteger e auxiliar as vítimas? Estarão, de facto, a garantir ou a promover a igualdade e a justiça social para os cidadãos mais vulneráveis? Neste âmbito, é de referir que são as vítimas que estão ou já estiveram institucionalizadas que mais salientam as questões judiciais como principais obstáculos, enquanto as vítimas que nunca estiveram institucionalizadas destacam a falta de apoio social e económico. Estes dados corroboram a literatura que indica o escrutínio de determinadas vítimas (que pertencem a grupos sociais mais desfavorecidos e com menos recursos) por parte do estado e das instâncias oficiais (Comissão de proteção de crianças e jovens, serviços de ação judicial, tribunais, etc.) (Machado et al, 2010), que acabam por submeter-se ao controlo e intrusão do sistema para obter recursos financeiros ou outras formas de subsistência (Laughon, 2007; Lott, 2002). É de realçar que há algumas vítimas que referem a institucionalização como forma não só de escapar à violência mas também para evitar a retirada dos filhos e conseguir recursos básicos de subsistência. Por outro lado, as participantes que nunca

estiveram institucionalizadas realçam a falta de apoio social e económico, o que indica a ausência ou escassez de respostas sociais para as vítimas que não estão no sistema.

Conclui-se que mulheres múltiplamente vitimadas vêem-se limitadas nos seus esforços de implementar mudanças principalmente devido à falta de serviços e apoios que dêem resposta às dificuldades económicas e sociais (Gondolf & Fisher, 1988; Goodman & Epstein, 2008) e à ausência de alternativas nas suas condições de vida (Goodman et al, 2009). As vítimas não são incapazes ou, necessariamente, desajustadas, sendo as condições de vida adversas e a ausência de respostas que possibilitem mudanças a este nível que, de uma forma global, podem potenciar a sua incapacidade/impotência e seu desajustamento. Como indicam Wasylshyn e Johnson (1998), quando a pobreza e a vitimação se cruzam a perceção de não ter opções viáveis e o sentimento de impotência intensificam-se, principalmente pela ausência de opções.

- As condições de vida adversas como vulnerabilidade e que devem ser alvo de intervenção

A experiência cumulativa de vários tipos de vitimação num contexto de precariedade económico-social representa um desafio na intervenção com vítimas, bem como as respostas disponíveis são limitadas (Goodman et al, 2009). Do relato das participantes verifica-se que as vítimas, sem recursos materiais e condições de vida básicas, vêem os seus esforços limitados para resistir aos efeitos da vitimação e conseguir bem-estar.

Além da violência, os relatos indicam que a precariedade económico-social constitui um problema prioritário na vida destas mulheres. No entanto, a maioria dos profissionais que prestam atendimento às vítimas não consideram este problema na sua intervenção (Pearson, Griswold, & Thoennes, 2001; Purvin, 2007). Assim, os resultados do presente estudo indicam que é importante que a intervenção com vítimas responda às necessidades das mulheres em situação de precariedade, sendo importante desenvolver mecanismos e delinear estratégias e procedimentos de atuação neste âmbito. Para as mulheres que experienciam cumulativamente vitimação e condições de vida precárias ou de pobreza, a intervenção psicológica não é suficiente – estas vítimas precisam de

alternativas económicas e materiais na sua vida. Assim, tem de haver um esforço de articulação dos profissionais da psicologia com os profissionais ou serviços que possam intervir neste âmbito (Goodman et al, 2009).

Assim, além da intervenção focada na componente intra-individual das vítimas, é necessário intervir ao nível condições estruturais, no sentido de dar resposta ao problema da precariedade económico-social que alimenta o ciclo da vitimação (a vitimação “empurra” as mulheres para uma condição de precariedade económica e esta, por seu turno, aumenta a probabilidade de exposição a outras situações de vitimação).

Por fim, há que realçar a importância do investimento no âmbito das políticas sociais por parte do estado que, no contexto atual, não se tem verificado – aspeto referido também pelas participantes como um obstáculo.

## Referências

- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101.
- Cavalcanti, S. V. S. F. (2005). A violência doméstica como violação dos Direitos Humanos. *Revista do Ministério Público*. Acedido em 19 de setembro de 2014, em <http://jus.com.br/artigos/7753/a-violencia-domestica-como-violacao-dos-direitos-humanos>
- Coelho, C. & Machado, C. (2010). Competências culturais no atendimento a vítimas. In C. Machado (Coord.), *Vitimologia: Das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção* (pp. 171-195). Braga: Psiquilibrios Edições.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299. Consultado em <http://multipleidentitieslgbtq.wiki.westga.edu/file/view/Crenshaw1991.pdf>
- DuMont, K., Widom, C., & Czaja, S. (2007). Predictors of resilience in abused and neglected children grown-up: the role of individual and neighborhood characteristics. *Child Abuse & Neglect*, 31, 255-274.
- Eby, K. (2004). Exploring the stressors of low-income women with abusive partners: Understanding their needs and developing effective community responses. *Journal of Family Violence*, 19, 221-232
- Finkelhor, D. (2007). Developmental victimology: the comprehensive study of childhood victimizations. In R. C. Davis, A. J. Luirigio & S. Herman (Eds), *Victims of Crime* (pp. 9-34). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. (2007a). Polyvictimization and trauma in a national longitudinal cohort. *Development and Psychopathology, 19*, 149-166. doi: 10.1017/S0954579407070083
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. (2007b). Poly-victimization: a neglected component in child victimization. *Child Abuse & Neglect, 31*, 7-26. doi: 10.1016/j.chiabu.2006.06.008
- Gage, A. J. (2005). Women's experience of intimate partner violence in Haiti. *Social Science & Medicine, 61*, 343-364.
- Gondolf, E. W., & Fisher, E. R. (1988). Battered women as survivors: An alternative to treating learned helplessness. Lexington, MA: Lexington Books.
- Goodman, L.A., Epstein, D. (2008). *Listening to Battered Women: A Survivor-Centered Approach to Advocacy, Mental Health and Justice*. Washington DC: American Psychological Association.
- Goodman, L. A., Smyth, K. F., Borges, A. M., & Singer, R. (2009). When crises collide: How intimate partner violence and poverty intersect to shape women's mental health and coping. *Trauma, Violence and Abuse: Special Issue on the Mental Health Implications of Violence Against Women, 10*, 306-329
- Higgins, D. & McCabe, M. (2000). Multi-type maltreatment and the long-term adjustment adults. *Child Abuse Review, 9*, 1, 6-18.
- Laughon, K. (2007). Abused African American women's processes of staying healthy. *Western Journal of Nursing Research, 29*, 365-384.
- Levesque, J. R. (2001). *Culture and family violence – fostering change through Human Rights law*. Washington, DC: American Psychological Association.

- Linares, L. O. (2004). Social connection to neighbors, multiple victimization, and current health among women residing in high crime neighborhoods. *Journal of Family Violence, 19*(6), 355-366. doi: 10.1007/s10896-004-0680-y
- Lott, B. (2002). Cognitive and behavioral distancing from the poor. *American Psychologist, 57*, 100-110.
- Lown, E. A., Schmidt, L., & Wiley, J. (2006). Interpersonal violence among women seeking welfare: Unraveling lives. *American Journal of Public Health, 96* (8), 1409-1415. doi: 10.2105/AJPH.2004.057786
- Machado, C., Dias, A. R., & Coelho, C. (2010). Culture and wife abuse: An overview of theory, research, and practice. In S. H. Shoman, P. Knepper, M. Kett (Eds.), *International Handbook of Victimology* (pp. 639-668). London: Taylor and Francis.
- Malley-Morrison, K. & Hines, D. (2004). *Family violence in a cultural perspective*. Thousand Oaks: Sage.
- Matos, M., Conde, R., & Peixoto, J. (2013). Vitimação múltipla feminina ao longo da vida: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia & Sociedade, 25*(3), 602-611.
- Matos, M., Conde, R., Santos, A. & Gonçalves R. (2014). Multiple victimization and social exclusion: A grounded analysis of the life stories of women. *Journal of Humanistic Psychology*. doi: 10.1177/0022167814546693
- Minayo, M. C. Z. (s.d.). *Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde*. Acedido em 19 de maio de 2014, em [http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec\\_mulher/capacitac\\_ao\\_rede%20/modulo\\_2/205631-conceitos\\_teorias\\_tipologias\\_violencia.pdf](http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitac_ao_rede%20/modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf)

- Olsvik, V. M. (2010). *Multiple and repeat victimization of women with physical disabilities*. Lillehammer: Østlandsforskning.
- Pearson, J., Griswold, E. A., & Thoennes, N. (2001). Balancing safety and self-sufficiency: Lessons on serving victims of domestic violence for child support and public assistance agencies. *Violence against women, 7*, 176-192.
- Purvin, D. (2007). At the crossroads and in the crosshairs: Social welfare policy and low-income women's vulnerability to domestic violence. *Social Problems, 54*, 188-210
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C., & Reis, J. N. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Caderno de Saúde Pública, 20*(2), 456-464.
- Richmond, J. M., Elliott, A. N., Pierce, T. W., Aspelmeier, J. E., & Alexander, A. A. (2009). Polyvictimization, child victimization, and psychological distress in college women. *Child maltreatment, 14*, 127-147.
- Sabina, C. & Straus, M. A. (2008). Polyvictimization by dating partners and mental health among U.S. college students. *Violence and Victims, 23*(6), 667-682. doi: 10.1891/0886-6708.23.6.667
- Sales, C., Gonçalves, S., Silva, I. F., Duarte, J., Sousa, D., Fernandes, E., Sousa, Z., & Elliott, R. (2007). Portuguese adaptation of qualitative change process instruments. *Paper presented at the European Chapter Annual Meeting of the Society for Psychotherapy Research*. Madeira, Portugal.
- Scott-Storey, K. (2011). Cumulative abuse: do things add up? An evaluation of the conceptualization, operationalization, and methodological approaches in the study of the phenomenon of cumulative abuse. *Trauma, Violence, & Abuse, 12*(3), 135-150. doi: 10.1177/1524838011404253

- Sokoloff, N. & Dupont, I. (2010). Domestic violence. In N. Sokoloff & C. Pratt (Eds.), *Domestic violence at the margins: Readings on race, class, gender, and culture* (pp. 1-13). London: Rutgers University Press.
- Sousa, D. T. N. C. (2011). *Vitimação Múltipla em mulheres vítimas de Violência Conjugal: O cruzamento de experiências relatado na primeira pessoa*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Escola de Psicologia. Braga).
- Spence, P. R., Nelson, L. D., & Lachlan, K. A. (2010). Psychological responses and coping strategies after an urban bridge collapse. *Traumatology*, 16, 7-15.
- Sutherland, C. A., Sullivan, C. M., & Bybee, D. I. (2001). Effects of partner violence versus poverty on women's health. *Violence against women*, 7, 1122-1143.
- Vala, J. (1986). A análise de Conteúdo [Content Analysis]. In A. S. Silva e J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais [Social science methodology]* (pp. 101-128). Porto: Afrontamento.
- Wasylishyn, C., & Johnson, J. L. (1998). Living in a housing cooperative for low income women: Issues of identity, environment and control. *Social Science & Medicine*, 47, 973-981.
- Wenzel, S. L., Tucker, J. S., Elliott, M. N., Marshall, G. N. & Williamson, S. L. (2004). Physical violence against impoverished women: a longitudinal analysis of risk and protective factors. *Women's Health Issues*, 14, 144-154. doi: 10.1016/j.whi.2004.06.001
- World Health Organization (2005). *WHO Multi-country study on women's health and domestic violence against women: Initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*.